



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682595 - SP (2021/0233883-1)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : LUCAS JUNIOR SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO : LUCAS JÚNIOR SILVA DOS SANTOS - SP453747
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DOUGLAS DOS SANTOS VIGATO (PRESO)
CORRÉU : ANDERSON LUCAS DIAS LEÃO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DOUGLAS DOS SANTOS VIGATO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2129263-22.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do delito previsto no art. 155, § 4º, incisos I e IV, do Código Penal.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar do acusado.

Aduz que o fato de o paciente "*não ter sido encontrado para ser citado em processo diverso deste não é justificativa plausível para a determinação da preventiva, visto que, o paciente sequer tinha ciência da denuncia que foi apresentada nos autos 1502368-69.2019.8.26.0024*" (e-STJ fl. 6).

Alega que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para seja revogada a prisão preventiva do acusado, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Do acórdão combatido extrai-se (e-STJ fls. 19/20):

[...]

Examinando-se os autos, verifica-se que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente está suficientemente fundamentada, nos seguintes termos (fls. 18/20):

"(...) No caso em apreço, a prova da materialidade e os indícios suficientes da autoria do crime (artigo 155, § 4º, I e IV, c.c. artigo 29, ambos do Código Penal) encontram-se evidenciados pelos elementos de convicção, notadamente pelas declarações da vítima (...).

(...) A prisão de Douglas deve ser decretada.

Além do fato se revestir de gravidade em concreto, pois houve rompimento de obstáculo e subtração de bens de relevante valor, não totalmente recuperados, certo que Douglas dos Santos Vigato cometeu diversos fatos posteriores ao furto de objeto dos autos e ainda não está sendo localizado para citação nos autos 1502368-69.2019.8.26.0024, existindo, portanto, risco para a aplicação da lei penal e também à ordem pública (...).

(...) Nesse passo, assentada a recalcitrância de Douglas em condutas delituosas, cumpre prevenir a reprodução de novos delitos, motivação bastante para assentar a prisão ante tempus, não como antecipação de pena, mas como expediente de socorro à ordem pública, fazendo cessar emergencialmente a prática criminosa. E a prática de diversos fatos posteriores ao aqui denunciado indica a necessidade atual da medida, conjugada ao fato da não localização do denunciado (...).” Da leitura da decisão transcrita, observa-se que o paciente registra outros envolvimento criminais, além de responder a outro processo pelo mesmo crime.

Destarte, temerária a concessão da benesse àquele que insiste no cometimento de crimes, não se verificando o alegado constrangimento ilegal.

Finalmente, quanto ao risco de contaminação pela COVID-19, observa-se que a Recomendação nº 62/2020 do CNJ não determina a liberação automática de presos, mas sim que seja feito um exame pormenorizado da situação de cada sentenciado.

[...]

Observa-se, também, que a Secretaria de Administração Penitenciária, conforme já informou a esta Corte, vem implementando medidas preventivas de higiene e disponibilizando tratamento médico no próprio estabelecimento prisional ou, caso seja necessário, em unidade de saúde pública.

E, “in casu”, observa-se que se trata de pedido genérico em que não restou demonstrado que o paciente integre grupo de risco ou que o estabelecimento prisional em que se encontra recolhido, não tenha condições de lhe proporcionar o devido tratamento médico, caso seja necessário.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência